

Bancos podem processar o País

O alerta é do jurista Miguel Reale, contrário à idéia de Collor de retirar o aval da dívida

ALUÍZIO MARANHÃO

RIO — O jurista Miguel Reale alertou ontem, no fórum "Perspectivas do Brasil no próximo governo", que se realiza no Rio de Janeiro, que, se o presidente Fernando Collor de Mello cumprir a promessa de retirar o aval dado pela União à dívida externa, os bancos credores poderão processar o Brasil na Justiça de Nova York. Ele acrescentou que a medida também diminuiria o poder de barganha do País diante dos banqueiros, que atuam nas negociações em cartel: "Eles, por exemplo, teriam condições de facilitar o pagamento da dívida do setor elétrico e não das usinas siderúrgicas, para permitirmos competitividade nas exportações de aço".

Edmar Bacha, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também criticou a proposta de retirada do aval da dívida, que considerou "um princípio pouco produtivo". Bacha apresentou uma série de sugestões para balizar uma nova política de renegociação da dívida que leve em conta o papel dela como fator de desequilíbrio das contas públicas:

— Transferência da responsabilidade por essa negociação do Banco Central para o Ministério da Fazenda, onde seria criada a Secretaria da Dívida Pública, com duas diretorias: a da Dívida Externa e a da Interna.

— Reestruturação do sistema de contas do setor público para refletir o impacto da dívida externa sobre as necessidades internas de financiamento do governo, passando esse sistema a servir de base nas conversações com os banqueiros.

— Manter suspensos os pagamentos dos juros da dívida externa pública de médio e longo prazos até que as instituições financeiras oficiais estrangeiras voltem a emprestar dinheiro ao País.

— Forçar um acordo de redução da dívida no modelo do Plano Brady, tomando-se como referencial as cotações dos títulos da dívi-

da brasileira no mercado de Nova York em setembro passado, quando os papéis estavam sendo negociados com deságios de até 75%.

— Um acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que injete divisas nas reservas do País e faça retornar empréstimos dos bancos Mundial (Bird) e Interamericano de Desenvolvimento (BID).

— Uma política cambial e de incentivos às exportações que reduza os megasuperávits comerciais dos atuais US\$ 16 bilhões para US\$ 9 bilhões.

— Manutenção da suspensão das conversões da dívida e das operações de reemprestimo dos recursos retidos no Banco Central provenientes dos pagamentos em cruzados da dívida.



César Diniz/AE 23-05-87

Miguel Reale: lembrando que os banqueiros negociam em cartel